

**ATA**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Recordou a intenção política manifestada pelo Presidente da Câmara relativamente ao edifício do antigo Centro de Saúde da Oliveira, nas traseiras do Palácio da Justiça, tendo em vista ali instalar o Tribunal de Família e de Menores e comentou a ideia que tem sido veiculada de criação de um “Campus de Justiça” com o eventual arrendamento do espaço do antigo Colégio Nossa Senhora da Conceição para instalação das Varas de Competência Mista da Comarca de Guimarães, acrescentando que esta decisão resulta de uma iniciativa do Governo e do Ministério da Justiça, bem como de um contrato de arrendamento de um edifício em Creixomil que veio a revelar-se ruinoso para o Governo.

Recordou que já tinha sido defendida a instalação de uma Loja do Cidadão no edifício do antigo Centro de Saúde da Oliveira, ideia com a qual discordou pelo facto de o edifício não apresentar características adequadas para aquele serviço de atendimento. Por último, quis saber que iniciativas tomou o Presidente da Câmara desde que foi colocada a placa indicativa de venda no edifício do antigo Centro de Saúde da Oliveira. -----

**2 – Vereador António Monteiro de Castro** – Leu, em voz alta, um documento sobre as bacias de retenção das águas pluviais recentemente inauguradas no Largo das Hortas, solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “Assistimos na última sessão da Assembleia Municipal a uma acesa troca de palavras entre deputados da coligação e o senhor presidente da Câmara que acabaram por trazer à liça a questão da paternidade das bacias de retenção das águas pluviais recentemente inauguradas no Largo das Hortas. Sem pretender pôr-me em bicos de pés a este propósito da construção das bacias, e sem querer de modo algum retirar o mérito da sua concretização, que cabe, muito naturalmente, e por inteiro, ao senhor presidente da Câmara, que é quem detém o poder e foi quem assumiu a responsabilidade da sua execução, não posso porém aceitar que a verdade seja arredada vendo-me assim obrigado a mais uma vez vir esclarecer todo o processo. E esclarecer o processo significa sobretudo esclarecer a questão da localização das bacias de retenção. No entanto há algo que, previamente à análise do que foi discutido, gostaria de deixar muito claro. E que se prende com a minha participação pessoal neste processo. É público que uma empresa da qual sou sócio foi convidada para executar o projeto da intervenção nas Hortas. É igualmente público que ela aceitou. Queria por isso que fosse do



conhecimento de todos, para deixar bastante claro, que apenas aceitei uma tal incumbência técnica na medida em que se tratava da execução do projeto que eu publicamente havia defendido. Nunca aceitaria envolver-me profissionalmente na execução de um projeto que fosse em sentido contrário do que eu próprio já havia defendido publicamente. Após o convite que me foi efetuado, coloquei prontamente a situação ao Dr. André Coelho Lima que me transmitiu não ver qualquer impedimento na aceitação de tal incumbência de natureza profissional, Por isso Sr. Presidente e Srs. Vereadores, Queria que fosse muito claro este processo, que nada tem de menos claro, bem como que não me limita de modo algum a sobre ele refletir politicamente, sobretudo sobre os passos políticos que tiveram lugar antes de ter ocorrido essa contratação. Dito isto – que eu precisava de dizer – voltemos então à análise desses passos políticos: Assim, na reunião de Câmara de 31 de Outubro de 2013, e a propósito do ponto sobre a construção de uma bacia de retenção no parque da cidade, tive a ocasião de afirmar o seguinte: “A solução preconizada com a empreitada agora a ser objeto de apreciação e votação, execução de uma bacia de retenção a construir no parque da cidade não é, seguramente, aquela que irá definitivamente solucionar o problema. Sendo certo que uma das principais soluções para a resolução do velho problema passa exatamente pelo recurso a bacias de retenção, a localização agora proposta deixa uma importante, se não a maior parte da bacia hidrográfica da nossa cidade, sem possibilidade de retenção das suas águas. A meu ver, e por estudo já efetuado, tornar-se-á indispensável a construção de uma outra bacia na zona das Hortas. É claro que a ser concretizada esta bacia, agora proposta, no Parque da cidade, aquela, do Largo das Hortas, que

fez parte do estudo em que participei, não necessitará da capacidade então calculada e que apontava para um valor da ordem dos 35.000 metros cúbicos, pretendendo assegurar condições para chuvadas com retorno da ordem dos 50 anos. Afirmava também ser chegada a hora do município intervir no Largo das Hortas, por várias razões. 1. Em primeiro lugar porque é sabido que se trata do maior espaço urbano, situado praticamente no centro da cidade, com um péssimo aspeto, nada condicente com a beleza que a nossa cidade todos habituou. 2. Depois porque foi pensado para feira, com espaços e guias no pavimento para esse efeito e agora, nestes últimos quinze anos, se transformou num depósito desordenado de automóveis, mais parecido com um armazém de sucata e que por vezes, e pela sua frequência até assusta os visitantes. 3. Porque com um arranjo urbanístico bem conseguido, que enquadrasse uma bacia de retenção com a capacidade adequada à efetiva regularização dos caudais do Ribeiro, terminaria definitivamente com as inundações que há séculos afligem os vimaranenses. Mais tarde, na reunião de 9 de Janeiro de 2014, no seguimento das inundações da véspera de Natal e face a uma entrevista ao responsável da Universidade do Minho pela estudo da requalificação e revitalização da Ribeira de Couros publicada no jornal Comércio de Guimarães, tive mais uma vez uma intervenção na qual afirmei: não posso deixar de aqui registar a minha grande preocupação ao ler a entrevista esta semana saída no jornal Comércio de Guimarães, feita ao consultor da Câmara Municipal para estas questões hidráulicas, que insiste numa solução que passa por fazer a principal bacia de retenção a jusante do Instituto de Design, tal como já há uns anos defendeu em reunião à qual estive presente o senhor presidente da



Câmara. Na altura tive ocasião de apresentar as razões pelas quais, a bacia no largo das Hortas constitui a solução que nos parece mais adequada aos objetivos pretendidos. Então referi que:

- A localização geográfica do largo das Hortas tem condições para poder receber mais de 2/3 da bacia hidrográfica da cidade;
- A dimensão em planta do largo das Hortas, assim como a sua topografia, permite a realização de uma bacia com capacidade superior a 21 000m<sup>3</sup>;
- A sua execução, no largo das Hortas, permite deixar disponível a capacidade de escoamento do canal sob o largo República do Brasil (Campo da Feira), para as águas que afluem à zona dos Santos Passos;
- O largo das Hortas é um terreno do Município e livre.
- A execução da bacia de retenção nas Hortas poderá permitir uma intervenção suscetível de transformar o atual espaço concebido para a feira, numa zona de qualidade urbana.
- A localização da bacia nas Hortas assegura condições de facilidade de execução e custos não agravados.

Custa-me perceber porque é que se teima em não ver que:

- A jusante do Instituto de Design, o espaço disponível não permitirá reter mais do que 5000 m<sup>3</sup> de água, manifestamente insuficiente para a armazenagem exigida;
- Que tal solução impõe a resolução do problema da condução da água entre as Hortas e o referido local, obra com elevadíssimos custos, sob pena de que não sendo feita, antes da água chegar a dita bacia já inundou todos os locais de costume;
- Que o terreno não é propriedade do município, pelo que exigirá a respetiva aquisição;

Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, Relembradas estas intervenções, de resto suportadas nas atas e em relatos do jornal Comércio de Guimarães, não restarão dúvidas de que a nossa posição foi desde sempre no sentido de que a localização das bacias de retenção deveria ser no largo das

Hortas e nunca, como defendia o técnico da Universidade do Minho, a jusante do Instituto de Design. Se assim é e se é igualmente claro e inequívoco que as bacias de retenção acabaram por ser construídas no parque das Hortas (local que não era sequer ponderado no estudo da UM), penso que é clara a conclusão quanto à solução técnica que veio a ser adotada e quanto a quem a apresentou, defendeu e sustentou no plano político.” -----

**3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Manifestou solidariedade com a posição assumida pelo Presidente da Câmara sobre as declarações proferidas por Joaquim Letria e pela apresentadora Iva Domingues no programa «A Tarde é Sua», no passado dia 22 de junho, considerando tais afirmações ofensivas para Guimarães e para os vimaranenses. Acrescentou que Guimarães tem feito um esforço enorme na tentativa de solucionar problemas semelhantes ao que foi abordado, pelo que disse considerar injusto que se tivessem referido a Guimarães com palavras intoleráveis. Contudo, reconheceu a existência de um problema relacionado com águas residuais e que urge resolver; **b)** – Quis saber para quando está previsto o início das obras na EB1 de Gondar; **c)** – Pediu esclarecimentos sobre o procedimento concursal a decorrer para recrutamento de 40 Assistentes Operacionais na sequência de algumas reclamações que lhe foram dirigidas por candidatos excluídos, por não cumprirem todos os requisitos legais exigidos. -----

**4 – Vereadora Adelina Paula Pinto – a)** – Informou que, tendo surgido dúvidas relativamente à entrega ou não de determinados documentos por parte de alguns candidatos ao procedimento concursal referido pelo Vereador José Torcato Ribeiro, estavam a ser enviadas notificações para que os



referidos candidatos procedam à entrega dos documentos em falta, por forma a não serem prejudicados; **b)** – Em relação à EB 1 de Gondar informou que a obra decorrerá durante o período de férias de verão. -----

**5 – Presidente da Câmara – a)** – Esclareceu que a responsabilidade da instalação dos Tribunais é do Governo e do Ministério da Justiça, reafirmando que a Autarquia já havia estabelecido contactos com o Juiz Presidente da Comarca de Braga e com o Secretário de Estado da Justiça com o intuito de criar em Guimarães uma espécie de “Campus de Justiça”. Disse, ainda, que nunca tinha considerado a hipótese de a Câmara adquirir o edifício ao Estado, para depois voltar a entregá-lo ao Estado para aí instalar o Tribunal, dizendo considerar que tal decisão seria um absurdo. Lembrou a visita do anterior Secretário de Estado da Justiça, há cerca de um ano, tendo sido, ao tempo, entendido alocar naquele edifício serviços de arquivo judicial, bem como o Tribunal de Família e Menores. Disse, ainda, ter ficado registado nesta visita que as Varas de Competência Mista da Comarca de Guimarães, instaladas num edifício em Creixomil cujo contrato se revelou oneroso para o Governo e com termo no ano de 2016, poderiam ser alocadas nas antigas instalações do Colégio Egas Moniz ou no edifício que albergava o Colégio Nossa Senhora da Conceição, tendo, ao tempo, dado preferência a este último espaço, por forma a poder constituir um “Campus de Justiça”. Continuou, referindo que, tendo aquele governante abandonado as suas funções, foram encetadas diligências junto do novo Secretário de Estado da Justiça que garantiu que iria tratar o assunto enviando a Guimarães uma equipa de trabalho. Contudo, disse ter sido surpreendido, justamente no dia em que reuniu com os técnicos

da entidade responsável pelo património do Ministério da Justiça, com a afixação no imóvel de placas a darem conta da intenção de venda por parte do Instituto da Segurança Social, lamentando que o edifício não possa corresponder às necessidades do sector da justiça. Assim, informou já ter feito diligências no sentido de alertar para a importância do espaço para o Tribunal Judicial de Guimarães numa tentativa de reversão da decisão de alienação do edifício por parte do Instituto da Segurança Social, tendo enviado uma exposição às entidades envolvidas, não tendo, ainda, obtido resposta. Informou ter recebido o Diretor da Segurança Social a quem solicitou diligências para suspensão da venda do edifício, revelando ter entregue também um dossier completo ao Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agro-Alimentar; **b)** - Sobre o programa da TVI disse também sentir-se incomodado com o que ali foi dito, informando ter feito chegar ao diretor daquela estação televisiva o seu vivo protesto e desagrado perante aquela situação, tendo sido prontamente contactado pelo seu Diretor Geral, Dr. Luís Cunha Velho, para, em nome daquele órgão de comunicação social, apresentar um pedido de desculpas formal pela forma como Joaquim Letria e Iva Domingues se referiram a Guimarães, informando que iriam tomar as medidas necessárias para reparar uma situação que não querem que se repita na TVI. Acrescentou que a questão concreta de saneamento que ali foi referida existe, tratando-se de efluentes proveniente da Estação de Santo Emilião (concelho da Póvoa de Lanhoso) que estão a ser provisoriamente encaminhados para o coletor da VIMÁGUA, que entra em sobrecarga. Disse, ainda, que a situação está a ser resolvida pela Águas do Noroeste e pela Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso; **c)** - Sobre a obra das bacias de retenção





disse que a paternidade é sempre da Câmara Municipal e todos os contributos são sempre considerados. -----

-----**VOTOS DE LOUVOR**-----

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de dois Votos de Louvor, de acordo com os textos que a seguir se transcrevem: **VOTO DE LOUVOR – RUI BRAGANÇA – JOGOS EUROPEUS BAKU 2015** - Presente a seguinte proposta: “Desde muito cedo, Rui Bragança revelou uma aptidão natural para o desporto. Iniciou o seu percurso nas artes marciais aos 6 anos de idade como praticante de Karaté, passando depois pela natação onde integrou a equipa de competição. Vimaranesense de fibra, com a persistência característica dos conquistadores, procura nova modalidade e encontra o taekwondo, arte marcial de origem coreana que põe à prova as suas capacidades físicas e intelectuais e à qual Rui Bragança se dedica de corpo e alma, treinando e competindo até ser chamado para a Seleção Nacional, ao serviço da qual ganha a medalha de bronze no Campeonato da Europa de Júniores, no Azerbaijão. Nesse mesmo ano, 2007, conquista a medalha de ouro no nacional de Júniores. Desde então, a carreira de atleta do jovem Rui Bragança foi sempre em crescimento progressivo e sustentado, a par com um percurso académico de excelência. Estudante do 5.º ano de medicina na Universidade do Minho, atleta do Vitória Sport Clube desde 2014, aos 23 anos Rui Bragança conta já com um palmarés notável de títulos nacionais e internacionais, do qual se destacam, já em 2015, as medalhas de ouro no Campeonato Nacional de Seniores, no Campeonato Nacional Universitário e no Campeonato da Europa de Pesos Olímpicos. Rui Bragança voltou agora a honrar Guimarães e Portugal ao obter a medalha de ouro nos Jogos Europeus – BAKU

2015. É, pois, pelo extraordinário título internacional agora alcançado por Rui Bragança, mas também pelo reconhecimento da coragem, espírito de sacrifício, disciplina e perseverança com que tem construído a sua carreira, que se propõe um voto de louvor ao atleta vimaranense Rui Bragança.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**VOTO DE LOUVOR – JOÃO DIOGO PINTO** – Presente a seguinte proposta: “O sociólogo João Diogo Pinto, de 40 anos, filho mais velho de família fixada em Guimarães há várias décadas, e aqui residente na sua adolescência e juventude, tendo frequentado as Escolas de Santa Luzia, João de Meira, Francisco de Holanda e Martins Sarmento, foi condecorado pelo Senhor Presidente da República, no passado dia 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, com o Grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. João Diogo Rangel Pamplona Pizarro Pinto iniciou atividade em ONGs exatamente em Guimarães (1992) como Presidente do Conselho Municipal da Juventude, em que tinha assento como representante do Movimento Católico de Estudantes, da Escola Secundária Martins Sarmento. Posteriormente, foi eleito, já em Lisboa, aluno da Universidade Técnica), Presidente Nacional do referido movimento de estudantes católicos. Nessa qualidade, em 1995, é eleito Presidente do Conselho Nacional da Juventude, com assento no Conselho Económico e Social, cargo em que exerce dois mandatos. Após passagem pela Intercultura-AFS (American Field Service), e ainda em Portugal, candidata-se, em concurso internacional, a Secretário-Geral do European Youth Forum e vai para Bruxelas, onde cumpre também dois mandatos (2005/2009) neste organismo europeu. Neste último ano, em 2009, limite para o exercício da função, vence o concurso



européu para Secretário-Geral do European Movement International, que engloba mais de 70 organizações não governamentais do espaço europeu, desde partidos políticos, sindicatos, associações cívicas e empresariais, cargo que vem exercendo e que conclui dentro de dias, a 30 de junho. A 1 de julho, também em Bruxelas, vai iniciar funções de Secretário-Geral da Fundação EurActiv, função para a qual foi designado, já em abril de 2015. João Diogo Pinto é também coautor de dois livros: "20 ideias para 2020 – Inovar Portugal" e "Ideias Perigosas para Portugal". Pela vasta atividade desenvolvida e pelo mérito revelado, proponho que a Câmara Municipal se associe à condecoração atribuída pelo Senhor Presidente da República, aprovando um voto de louvor ao vimaranense distinguido, relevando o seu contributo para a presença de Guimarães nas personalidades distinguidas no Dia de Portugal." -

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

**1.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de junho de 2015, que aprovou a conta final, bem como o auto final da obra designada por "**Salas de Ensaio na Garagem do Teatro Jordão – Urgezes**", adjudicada a "NORCEP – Construções e Empreendimentos Lda", nos valores, respetivamente, de €643.815,92 + IVA e de €46.263,42 + IVA. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2015.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA VIM – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO** – Presente, para aprovação, a minuta do contrato da empreitada designada por "Requalificação da VIM", adjudicada por deliberação de Câmara de 11 de junho de 2015 a "M. COUTO ALVES, SA", pelo valor de €2.360.941,43 (dois milhões, trezentos e sessenta mil novecentos e quarenta e um euros e quarenta e três cêntimos), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, para um prazo de 150 dias. A referida minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL - INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: "1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação e Beneficiação de Arruamentos da Rede Viária Municipal, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €1.666.216,96 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.03 do Plano Plurianual de Investimentos de 2015. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 4. Propõe-se ainda a



aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €1.6663216,96 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DAS HORTAS E ÁREA ENVOLVENTE - INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** - Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação do Parque das Hortas e Área Envolvente, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €2.599.357,85 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.4.2.23 do Plano Plurianual de Investimentos de 2015. **3.** Nos termos da

regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2.599.357,85 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 210 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** – Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Com este ponto votamos o que podemos designar como a 2ª fase da requalificação do Parque das Hortas. Na 1ª fase –



aquela que foi móbil da atuação política – teve lugar uma intervenção que se preocupou essencialmente com a criação de condições de combate às cheias que assolam a cidade de Guimarães em dias de anormal pluviosidade. Por isso mesmo assentou numa proposta que foi votada (e aprovada por unanimidade) já em 31.10.2013 cuja designação era *“Regularização da Ribeira de Couros”*. Nesta 2ª fase e como do título da proposta resulta claro, discute-se a *“Requalificação do parque das Hortas e área envolvente”*, isto é, discute-se o plano de pormenor, a conclusão estética duma intervenção que assentou sobretudo na criação de soluções para as cheias. A solução apresentada pela Câmara merece o nosso acolhimento. Temos sempre alguma inibição em nos pronunciarmos politicamente sobre matérias onde se não debatam valências mas apenas perspetivas estéticas acerca das propostas apresentadas. Por isso mesmo, a proposta merece o nosso acolhimento designadamente na perspetiva de ordenamento urbanístico que – finalmente – concretiza. Concretamente a construção de uma via que atravessasse todo o parque das Hortas saindo da rotunda próxima da antiga JOALPI (próximo do Campeão Português) até ao Campo da Feira (Largo da República do Brasil) atravessando para o efeito até em frente ao Lar da Irmandade dos Santos Passos, ao lado dos tanques que ali se encontram, é algo que consideramos da maior utilidade e pertinência. Aquando da discussão da 1ª fase desta intervenção (regularização da Ribeira de Couros), em 31.10.2013, foi defendido por este grupo de vereadores pela voz do Eng.º Monteiro de Castro o seguinte: *“Penso que é chegada a hora do município intervir no Largo das Hortas. Por várias razões. Em primeiro lugar porque é sabido que se trata do maior espaço*

*situado praticamente no centro da cidade, com um péssimo aspeto, nada condicente com a beleza que a nossa cidade todos habituou. Depois porque foi pensado para feira, com espaços e guias no pavimento para esse efeito e agora, nestes últimos quinze anos, se transformou num depósito desordenado de automóveis, mais parecido com um armazém de sucata e que por vezes, e pela sua frequência até assusta os visitantes. Depois, porque com um arranjo urbanístico bem conseguido, que enquadrasse uma bacia de retenção com a capacidade adequada à efetiva regularização dos caudais do Ribeiro, terminaria definitivamente com as inundações que há séculos afligem os vimaranenses. O seu custo, estou certo, bem poderá ser suportado no todo ou em parte com as receitas provenientes do novo e organizado parque de estacionamento, que até poderá ser em minha opinião, em parte subterrâneo correspondente à própria cisterna, só utilizável fora dos dias de chuvas.” Ou seja, é claro desta intervenção não apenas a importância duma requalificação urbanística do parque das Hortas como ainda que se deveria aproveitar o projeto de regularização da Ribeiro de Couros para o fazer – precisamente o que hoje nos é trazido para apreciação – só que, nesta época, esta foi uma intervenção isolada. Isto é, esta intervenção procurava apelar para o interesse da requalificação urbanística desta zona, também como argumento para convencer a Câmara a construir as bacias de retenção para regularização do caudal, precisamente, nesta zona das Hortas. Isto porque, nessa época, as bacias de retenção que a Câmara apresentava eram apenas duas, uma no Parque da Cidade e uma segunda após o Instituto de Design, em plena Zona de Couros e a jusante das principais zonas de inundação. Esta intervenção, por isso, apelava para a construção das bacias*





de retenção no parque das Hortas e apresentava como um dos argumentos a necessidade de requalificação urbanística desta zona. Hoje, três anos volvidos, é com natural satisfação que verificamos a importância do contributo então resultante da intervenção política da Coligação Juntos por Guimarães. Contrariamente o estudo apresentado pela UM, a Câmara acabou por optar construir as bacias de retenção no parque das Hortas, e por essa razão, estamos hoje a discutir a sua requalificação urbanística. Cujo resultado engrandecerá certamente aquela zona importante da cidade de Guimarães. Resta ainda dizer o seguinte: Na intervenção atrás citada era defendida a possibilidade de construção de um parque de estacionamento, porventura subterrâneo. Esta posição vem, como é fácil perceber, a título de reflexão distendida acerca do tema e não sob a forma de proposta política, até porque, do que se tratava era de analisar os projetos alternativos de regularização da Ribeira de Couros e não ainda da requalificação urbanística (porque dessa apenas hoje se tratará). Contudo, ela revela uma preocupação política à qual a Coligação Juntos por Guimarães é muito sensível que tem que ver com o estacionamento de proximidade, cada vez mais inexistente no espaço da cidade, sendo que a eventual perda dos lugares de estacionamento existente à superfície até essa data era algo que deveria merecer uma resposta e a preocupação dos agentes políticos. Para além de que, na sempre importante perspetiva económica e financeira para a qual a Câmara proclama mais atenção do que aquela que efetivamente tem, esta solução poderia permitir à Câmara não ter que pagar sequer a intervenção de regularização da Ribeira de Couros, isto é, a construção das próprias bacias de retenção cujo suporte e custeio ficou assim totalmente a cargo do

Município. Como se tratava de uma reflexão e não de uma proposta política (até porque o não podia ser naquela fase) não insistiram os vereadores subscritores na sua adoção e aprovam esta proposta de requalificação urbanística sem que dela conste esta solução. A solução ora apresentada é boa. Como melhor seria se ponderasse outras valências, sobretudo que assegurassem manutenção ou mesmo aumento dos lugares de estacionamento e redução de custos de intervenção. Em todo o caso e como esta nunca foi o nexo central da intervenção política dos vereadores subscritores nesta matéria (mas antes os projetos alternativos de regularização do ribeiro), perante a proposta apresentada de requalificação do parque das Hortas votamos favoravelmente.” -----

**FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte proposta: “A União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos, no dia 20 de Maio, a Fátima. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho a 01 de maio de 2015, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara o pedido de apoio concedido para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

**PROTOCOLOS - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO - INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE –**

**RATIFICAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 8 de junho de 2015 foi assinado, entre os representantes do



Município de Guimarães e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), um Protocolo de Cooperação tendo em vista o estabelecimento de uma parceria entre as duas entidades, para a criação de um polo do IPCA no AVEPARK - Parque de Ciência e Tecnologia, pretendendo-se que entre em funcionamento a partir de outubro de 2015. Na génese da instituição desta parceria esteve o facto de que ambas as instituições reconhecem: a necessidade de uma formação profissional permanente e a interação do ensino superior com o tecido empresarial, bem como a prestação de serviços nas áreas científicas e tecnológicas à comunidade envolvente e, em especial, aos jovens, aos empresários, às empresas e aos seus trabalhadores; a importância para o desenvolvimento económico da região da formação ministrada pelo IPCA, nomeadamente no âmbito do novo tipo de formação superior criada pelo Decreto-Lei 43/2014, de 18 de março, que veio introduzir uma oferta educativa de natureza profissional do Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida – cursos Técnicos Superiores Profissionais; a forte ligação do Município de Guimarães com o tecido empresarial da região da área de influência do IPCA e a missão que o IPCA tem enquanto instituição de ensino superior pública; que, nos termos do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei 7/2007, de 10 de setembro, o ensino superior politécnico deve concentrar-se especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente. Assim, considerando que, nos termos do artigo 23.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, “*constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações*” e que, ao abrigo do disposto na al. ff), do n.º 1 do art.º 33.º do

mesmo diploma legal, é competência da Câmara “*promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal*” proponho que a Câmara Municipal delibere ratificar o Protocolo celebrado com o IPCA, cujo teor consta do documento que se junta em anexo (**doc. 1**).” O Protocolo de Cooperação dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

**REGULAMENTOS - REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS SALAS DE ENSAIO DO TEATRO JORDÃO** – Presente a seguinte proposta: “A regeneração do Quarteirão de Couros aposta na reabilitação do seu edificado com vista à radicação de atividades inovadoras e criativas em torno da arte, da cultura e das ciências, propiciando um ambiente favorável ao ensino das artes, à criação, à investigação, e ao empreendedorismo. A construção das Salas de Ensaio do Teatro Jordão concretiza o primeiro passo na reabilitação integral de um edifício relevante na memória cultural da cidade e constituirá um reforço substancial nos meios de apoio municipal à criação artística. Criar condições para que os músicos do concelho possam desenvolver e amadurecer os seus projetos artísticos, estimular a sua criação e performance artísticas, apoiar a capacitação destes músicos para desenvolverem o empreendedorismo artístico e fomentar a disseminação de projetos musicais inovadores e originais da autoria de músicos radicados em Guimarães são os objetivos específicos que estas Salas de Ensaio procuram atingir. Assim, cumpre estabelecer os termos em que os diversos projetos musicais podem aceder e beneficiar das condições ímpares proporcionadas por este novo equipamento cultural de Guimarães. Para o efeito, proponho: 1. A aprovação



Regulamento de Utilização das Salas de Ensaio do Teatro Jordão, nos termos da minuta anexa. 2. Dada a inexistência de dados que permitam aferir com rigor a fundamentação económico-financeira prevista na Lei nº 53-E/2006 de 29 de dezembro (Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais), mais se propõe que, até que tal fundamentação possa ser realizada, o que pressupõe a utilização efetiva das salas de ensaio, se apliquem transitoriamente as seguintes taxas de utilização: -----

ESTÚDIO	HORA	5 HORAS	10 HORAS	20 HORAS
E01 a E05, E07 e E08	€ 5	€ 20	€ 35	€ 60
E06	€ 6	€ 25	€ 40	€ 70
	Valores com IVA incluído			
Desconto (idade <30)	25%			

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, APÓS REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO PÚBLICO.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - GUALTERIANAS 2015 (FEIRA DE GADO E CONCURSO PECUÁRIO) - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO**

– Presente a seguinte proposta: "1.

**Objeto:** aquisição de serviços de apresentação de organização da Feira de Gado e Concurso Pecuário. **2. Considerandos:** A contratação dos serviços mencionados revela-se imprescindível à realização da edição de 2015 das Festas da Cidade e Gualterianas, uma vez que consiste na organização de um dos seus mais tradicionais e importantes eventos regulares; Não foi solicitada informação à Divisão de Recursos Humanos, uma vez que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer aptidões e experiência no na organização de mostras de gado e concursos pecuários, não se enquadrando, por isso, em qualquer situação passível de recurso ao quadro de pessoal, a recrutamento ou a qualquer modalidade

de relação jurídica de emprego público; Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 5 e 12 do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é aquisição de serviços aquisição de serviços de apresentação de organização da Feira de Gado e Concurso Pecuário. b) A despesa estima-se em €7.000,00, isento de IVA ao abrigo ao Artº 53º do CIVA, não havendo lugar, nos termos legais, à redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, uma vez que nos anos transatos não houve qualquer a qualquer outra contratação de serviços com idêntico objeto ou contraparte; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.5.1.39, correspondente ao ano de 2015. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a) do nº1 do Artº 20º do Código dos Contratos Públicos, consultando-se a seguinte entidade: - Cooperativa Agrícola Concelhia de Guimarães CRL - [cacg@cacg.mail.pt](mailto:cacg@cacg.mail.pt); [carlosmdramos@gmail.com](mailto:carlosmdramos@gmail.com); e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA MONITORIZAÇÃO DOS PROJECTOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL, CONTRATUALIZADOS COM O MUNICÍPIO** - Presente a seguinte proposta: "1. Objeto: A

presente contratação tem como objetivo a aquisição de serviços no âmbito da monitorização dos Projetos económicos de interesse municipal, contratualizados com o Município. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em regulamentos específicos sobre programas de apoio ao investimento emprego em vigor, Conhecimento de forma detalhada do território concelhio e o tecido económico e empresarial da região, conhecimento técnico e jurídico, no âmbito do urbanismo e arquitetura. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 5 e 12 do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é aquisição de serviços no âmbito da

monitorização dos Projetos económicos de interesse municipal, contratualizados com o Município, com a duração de 2 anos e com termo em 31 de Julho de 2017; b) A despesa total estima-se em €36.000,00 (trinta e seis mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 04 020220, correspondente ao ano de 2015. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea e), do n.º 1, do art.º 24 do código dos contratos públicos. e) Finalmente, informa-se que não foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 2º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, uma vez que a Câmara Municipal não celebrou, no ano de 2013, nenhum contrato com idêntico objeto.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - SUBSÍDIO A ATRIBUIR À COOPERATIVA A OFICINA** – Presente a seguinte proposta:

“Considerando: - Que, em 21 de outubro de 2014, foi celebrado um contrato com a Cooperativa Oficina tendo por objeto a cedência, em regime de comodato, das áreas destinadas à promoção de eventos culturais existentes no Centro Cultural Vila Flor e na Plataforma das Artes e Criatividade; - Que, pelo referido contrato, a Oficina se comprometeu a assegurar a calendarização e programação da utilização e funcionamento daqueles espaços, bem como a contratação e pagamento do pessoal necessário a tais utilização e funcionamento; - Que, neste contexto, a Cooperativa Oficina submeteu uma candidatura no âmbito do RMECARH com vista à obtenção de comparticipação para a programação realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2015; - Que, da análise da candidatura, resulta uma avaliação muito positiva, conforme informação técnica anexa, que refere, designadamente, que o programa





artístico proposto assentou em critérios de qualidade, diversidade, contemporaneidade e formação e permitiu concretizar uma programação multidisciplinar e multicultural cuja qualidade, diversidade e regularidade contribuíram para cimentar uma forte identidade local, regional e nacional; - Que a aposta na consolidação de uma agenda cultural diversificada, regular e multidisciplinar constitui uma prioridade política do Município que vem justificando a atribuição de montantes muito significativos de financiamento a diversas entidades sedeadas no concelho. Proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios a Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias, que a Câmara Municipal delibere atribuir à Cooperativa Oficina, registada no RMECARH sob o nº 503190985, um subsídio de €345.000,00 destinado a cofinanciar a programação por esta desenvolvida nos meses de janeiro e fevereiro de 2015.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AMBIENTE - “CÃOMINHADA” SOLIDÁRIA – PEDIDO DE APOIO** – Presente a seguinte proposta: “Considerando que a proposta aprovada na última reunião de câmara realizada em 11 de junho, foi submetida sem estar devidamente instruída, faltando os respetivos documentos de cabimento orçamental e compromisso, submete-se novamente a mesma proposta, agora acompanhada dos referidos documentos contabilísticos, propondo-se, em consequência, a revogação da referida deliberação. A Associação Vimaranense Super Cães é uma associação conceituada ao nível nacional, com um palmarés reconhecido nos mais diversos concursos caninos com o título de equipa campeã nacional de obediência 2012/13, sendo considerada a melhor escola de obediência básica 2014. A

Associação tem como principais objetivos o treino de cães nas áreas da busca e salvamento, obediência, guarda e proteção desportiva, bem como envolver-se em todas as atividades de intervenção humanitária, assim como o bem-estar do cão e a sua perfeita integração na sociedade humana. A Associação proporciona aos seus sócios um sã convivência e uma salutar troca de experiências e tem vindo a especializar-se em diversas atividades, como educação para cães, demonstrações caninas, cães-minhadas e terapias assistidas por animais, apresentando excelentes resultados com crianças e pessoas com deficiência. Desta forma, AVSC vem realizar no próximo dia 14 de Junho de 2015, entre as 09h30 e as 12h30, uma "cães-minhada" solidária, aliando-se à Sociedade Protetora dos Animais de Guimarães (SPA GMR), em que o valor da inscrição dos participantes reverte para a atividade social da SPA. Esta iniciativa, tem ainda o objetivo de sensibilizar os proprietários dos cães para as regras e os deveres associados, nomeadamente quando passeiam no espaço público. Para este efeito, a AVSC vai disponibilizar um kit, com uma t-shirt, garrafa de água, um ossinho, sacos de dejetos, um panfleto de esclarecimento sobre os deveres do proprietário e um check-up veterinário. Assim, a fim de corresponder ao pedido solicitado ao município e de acordo com os objetivos definidos pela campanha de sensibilização, na defesa dos direitos dos animais e na garantia da salubridade do espaço público, propõe-se que, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja submetida à Câmara Municipal, para ratificação, uma proposta para atribuição de um subsídio à Associação Vimaranesse Super Cães, no montante de €140,00, para participar nos custos com a realização desta atividade, correspondendo ao apoio de



0,70€ para 200 kits, para os sacos de dejetos e o panfleto.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – CASFIG – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “A CASFIG – Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para o dia 31 de Maio, para efetuar o transporte das famílias residentes nos empreendimentos de habitação social pertencente ao município de Guimarães. Assim, considerando os objetivos prosseguidos pela empresa municipal os apoios concedidos em várias atividades e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 1 de maio de 2015, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara, para ratificação o pedido de apoio concedido.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – ASSOCIAÇÃO ESPAÇO JACOBUS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “A Associação Espaço Jacobus solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos elementos da Associação para Ponte de Lima no dia 25 de Abril. Considerando que se trata de uma atividade de relevante interesse e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 1 de maio de 2015, foi deferido o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios remete-se á Reunião de Câmara para ratificação o apoio concedido.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**AÇÃO SOCIAL - CEDÊNCIA DE TRANSPORTE - VERÃO 2015**

- Presente a seguinte proposta: “Por solicitação da Divisão de

Ação Social a DTEP disponibilizou um autocarro para os dias 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25, 29 e 30 de Junho, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29 e 30 de Julho, 1, 2, 3, 7, 8, 9, 14, 16, 17, 22, 23, 24, 28, 29 e 30 de Setembro, 5, 6, 7, 12, 13, 20, 21, 22, 26, 27, 28 e 29 de Outubro, para apoio à atividade "Passeios à Praia\Campo" dirigidas a todas as crianças e jovens do concelho e idosos utentes das instituições de Apoio à Terceira idade. Assim, considerando não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 11 de fevereiro de 2015, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios submete-se para deliberação do executivo Camarário o transporte concedido, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista." **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – "ENCONTRO DE SABERES" – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE** – Presente a seguinte proposta: "Amélia Almeida Silva Gonçalves, em representação do grupo organizador do "Encontro de Saberes" da freguesia de Sande (Vila Nova) solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos Idosos, no dia 22 Abril a São Bento das Peras. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 02 de abril de 2015, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios remete-se á Reunião de Câmara para ratificação o apoio concedido." **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – COOPERATIVA FRATERNA – CEDÊNCIA DE**



**AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para o dia 19 Junho, para efetuar o transporte dos moradores dos Bairros Sociais de Gondar para a Festa de S. João, nos Bairros Sociais da Atouguia. Assim, considerando os objetivos prosseguidos pela Fraterna e os apoios concedidos em varias atividades e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 16 de abril de 2015 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para ratificação do executivo o apoio solicitado.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – COOPERATIVA FRATERNA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para os dias 13 e 22 Julho, para efetuar o transporte de crianças dos Bairros Sociais de Gondar e Atouguia para a Colónia de Férias de Torres Vedras. Assim, considerando os objetivos prosseguidos pela Fraterna e os apoios concedido em varias atividades, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 12 de junho de 2015, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à próxima reunião de Câmara para deliberação o pedido de apoio solicitado.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL 2015** – Presente a seguinte

proposta: "Coloca-se à aprovação a presente proposta de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social para ano de 2015, ao abrigo do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social - Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho. As 51 instituições que apresentaram candidaturas para o ano de 2015, encontram-se inscritas no Registo Municipal das Instituições de Solidariedade Social de Guimarães (RMISG) e foram avaliadas de acordo com os critérios de apreciação previstos nos artigos 10º e 11º do referido regulamento. Os projetos e atividades apresentados pelas instituições foram avaliados de acordo com os seguintes parâmetros: – qualidade e interesse dos projetos; continuidade e qualidade de execuções anteriores; criatividade e inovação; consistência e adequação do orçamento; capacidade de angariar outras fontes de financiamento; número potencial de beneficiários; consonância entre os objetivos propostos e o plano de desenvolvimento social do município; respostas às necessidades da comunidade, intervenção continuada em áreas prioritárias de inserção social e comunitária, bem como o contributo para corrigirem desigualdades de ordem socioeconómica, o combate à exclusão social e o âmbito geográfico de intervenção. Após a verificação destes critérios de elegibilidade, determinaram-se as classificações dos projetos de cada uma das 49 instituições candidatas, às quais corresponderam os valores de financiamento que agora se propõem para aprovação e que a seguir se apresentam por ordem de valor atribuído. -----

N	INSTITUIÇÕES	Valor a Financiar
1	Centro Social, Cultural e Desportivo de Silves	61.500,00
2	Lar de Santo António	50.321,40
3	Centro Social de Brito	50.000,00
4	Casa do Povo de Fermentões	50.000,00
5	Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande	30.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 13 Fls. \_\_\_\_\_  
**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2015**

N	INSTITUIÇÕES (Cont.)	Valor a Financiar
6	Castreja Cooperativa de Apoio Social e Cultural CRL	30.000,00
7	Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães	20.000,00
8	UNAGUI - Cooperativa Social e Cultural de Guimarães, CRL	15.000,00
9	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais	13.000,00
10	Associação de Apoio à Criança	12.000,00
11	Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães	10.400,00
12	Santa Casa da Misericórdia de Guimarães	10.000,00
13	CERCIGUI – Coop. de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Conc. de Guimarães	10.000,00
14	Centro Social Paroquial de Mascotelos/Santiago	10.000,00
15	Centro Social Paroquial de Gondar	10.000,00
16	Centro Social e Paroquial de Santa Marinha da Costa	10.000,00
17	Centro Social e Paroquial de Ronfe	10.000,00
18	Centro Social de Guardizela	10.000,00
19	Centro Paroquial de Moreira de Cónegos	10.000,00
20	Casa do Povo de Briteiros	10.000,00
21	Casa da Juventude de Guimarães W Y F	10.000,00
22	Centro Social Paroquial S. Martinho de Candoso	9.000,00
23	Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição	9.000,00
24	Associação de Solidariedade Social dos Professores - Delegação de Guimarães	9.000,00
25	Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos	8.500,00
26	Centro Sócio Cultural e Desportivo de Sande S. Clemente	8.000,00
27	Centro Social Paroquial de S. Cristóvão de Selho	8.000,00
28	Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa	8.000,00
29	Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira	8.000,00
30	Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães	8.000,00
31	Casa do Povo de Creixomil	8.000,00
32	Venerável Ordem Terceira de São Francisco	6.000,00
33	Venerável Ordem Terceira de S. Domingos	6.000,00
34	Patronato de São Sebastião	6.000,00
35	Creche e Jardim Infantil Albano Coelho Lima	6.000,00
36	Centro Social da Irmandade de S. Torcato	6.000,00
37	Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro	6.000,00
38	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Guimarães	5.500,00
39	Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos	5.000,00
40	Centro Social da Paróquia de Polvoreira	5.000,00
41	Associação Social e Cultural de Urgezes	5.000,00
42	Associação de Reformados de Lordelo	5.000,00
43	Grupo Desportivo e Recreativo "Os Amigos de Urgeses"	3.500,00
44	Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Guimarães	3.500,00
45	Centro Social Nossa Senhora do Carmo	3.000,00
46	Grupo Recreativo 20 Arautos de D. Afonso Henriques	1.500,00
47	Associação Vencedores do Cancro Unidos pela Vida	1.300,00
48	Associação de Surdos de Guimarães e Vale do Ave	1.300,00
49	Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano	1.100,00
<b>TOTAL</b>		<b>602.421,40</b>

Os subsídios de maior relevo que aqui se apresentam, referem-se a candidaturas, na sua maioria, para obras de requalificação ou ampliação de espaços destinados a respostas sociais de importância para a comunidade envolvente, como é o caso do Centro Social, Cultural e Desportivo de Silvares, do Centro Social de Brito e da Casa do Povo de Fermentões, sendo que esta última, apesar de já ter recebido apoio por deliberação municipal de 8 de janeiro de 2015 através dos subsídios às atividades desportivas, nos parece de justiça o seu reforço pela componente social do projeto realizado, dado o seu interesse para a comunidade pela sua transversalidade no apoio a atividade sociais, desportivas, culturais e recreativas. O valor a atribuir ao Lar de Santo António reflete a comparticipação municipal em 45% nos encargos financeiros desta instituição prevista no protocolo celebrado em 13 de junho de 1985 em colaboração com o Centro Regional de Segurança Social de Braga. Assim, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a aprovação desta proposta para a atribuição de subsídios às instituições supramencionadas, no montante total de €602.421,40 (seiscentos e dois mil quatrocentos e vinte e um euros e quarenta cêntimos), cabimentada com o nº 3307/2015.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - CASA DA MEMÓRIA - CONTRATO DE DEPÓSITO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DA MARCHA GUALTERIANA** –

Presente a seguinte proposta: "Considerando: A) Que a Associação Artística da Casa da Marcha é proprietária, possuidora e exclusiva responsável pela salvaguarda e preservação de diversos objetos de especial relevo para a memória e identidade de Guimarães;





B) Que a inclusão de tais objetos na exposição permanente da Casa da Memória é tida pelo Município como essencial à concretização de um projeto que tem como missão assegurar a perpetuação da memória – material e imaterial – de uma cidade/região nas perspetivas histórica, social, cultural, económica e vivencial, proporcionando um local de encontro dos Vimaraneses com as suas raízes, tradições e memórias. Proponho a aprovação, nos termos do disposto nos artigos 1185.º do Código Civil e seguintes, de Contrato de Depósito nos termos constantes da minuta anexa.” A minuta do contrato de depósito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO - CEDÊNCIA DE AUTOCARROS AO GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB** – Presente a seguinte proposta: “O GRUFC – Guimarães Rugby Union Football Club solicitou a colaboração do município através da disponibilização de dois autocarros para efetuar o transporte dos seus atletas e adeptos nos dias 16 e 17 de Maio ao Vale do Jamor, local onde se disputou o jogo para o acesso à fase de apuramento de campeão nacional de seniores em rugby. O GRUFC, fundado em 2008, atingiu em menos de 10 anos um patamar de excelência no panorama desportivo nacional da modalidade, assumindo-se como uma referência na formação de jovens atletas, alcançando este feito o segundo ano consecutivo. Assim, por se tratar de um jogo de relevante importância para o clube e para a cidade e considerando os compromissos anteriormente assumidos pelo município, apenas era possível atender à pretensão com cedência de um autocarro, pelo que submete-se ao Executivo Camarário, para ratificação, o aluguer de um autocarro no dia 17

de Maio, no valor de €850,00 (oitocentos e cinquenta euros)."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE,  
APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----**

Pelas onze horas e trinta e cinco minutos, no período estabelecido para intervenção do público, o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Domingos Sampaio**, proprietário de uma habitação no Bairro Leão XIII, que disse deparar-se com dificuldades na realização de obras no referido imóvel por não conseguir aceder ao local em virtude de os moradores terem ocupado parte do caminho com a construção de um muro. -----

O **Presidente da Câmara** disse que iria solicitar aos serviços da Câmara Municipal para verificar no local a situação. -----

**PELAS ONZE HORAS E QUARENTA MINUTOS O  
PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A  
REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A  
PRESENTE ATA. -----**